



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 145

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REMOTA

Autos nº 0012386-14.2013.8.24.0600

Ação: **Inspeção/**

Requerente : Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Lebon Régis

ATIVIDADE CORREICIONAL

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

I	Número da portaria	148/2013
II	Período da inspeção	09/09/2013 a 08/11/2013
EQUIPE CORREICIONAL		
III	Juíza-Corregedora	Maria Paula Kern
IV	Escrivão Correicional	Geraldo Della Giustina
V	Escrivã Correicional	Perla Maria Fusinatto Schappo
VI	Assessora Correicional	Catia Lucila Ricordi Crestani
VII	Analista Jurídica	Fernanda Cittadin



INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada, após a coleta de dados realizada durante o período da inspeção.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar o cartório, a fim de se verificar se este está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Em cumprimento às disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 283/2013 e em portaria publicada no Diário da Justiça e encartada nos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a inspeção correicional remota a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e à tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de Cartório e de Estatística, dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 147

1 UNIDADE INSPECIONADA

1.1	Comarca	Lebon Régis
1.2	Unidade	Unidade de Divisão Judiciária
1.3	Municípios integrantes	Lebon Régis
1.4	Comarca integrada	Não
1.5	Juiz Titular	Lívia Francio Rocha Cobalchini
1.6	Chefe de Cartório	Márcio Vicente Cruz
1.7	Última inspeção por equipe da CGJ/SC	25/07/2011 a 15/09/2011 (Autos CGJ n 0011093-77.2011.8.24.0600)
1.8	Entrância	Inicial
1.9	Observações	A unidade apresentou resposta às fls. 98/108.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 148

2 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

2.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – Processos Eletrônicos

2.1.1 ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor
2.1.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.435
2.1.1.2	Processos em andamento	1.989
2.1.1.3	Procedimentos em andamento	446
2.1.1.4	Processos sem movimento há mais de 365 dias	15
2.1.1.5	Fluxo de trabalho sem movimentação há mais de 30 dias	194
2.1.1.5.1	Ag. Encerramento de todos os devedores	23
2.1.1.5.2	Procedimento exaurido	1
2.1.1.5.3	Cumprir - Urgente	10
2.1.1.5.4	Ag. audiência	8
2.1.1.5.5	Ag. Análise do Cartório	22
2.1.1.5.6	Prestações / Pecuniária	1
2.1.1.5.7	Petição Inicial	1
2.1.1.5.8	Transação Penal	2
2.1.1.5.9	Cumprir Hasta Pública	9
2.1.1.5.10	Ag. Encerramento de Ato	17
2.1.1.5.11	Recebidos do Juiz - Despacho	1
2.1.1.5.12	Ag. Prazo	92
2.1.1.5.13	Escrivão	2
2.1.1.5.14	Análise do cartório – Trânsito em julgado	3
2.1.1.5.15	Recebido Contadoria	1
2.1.1.5.16	Ag. digitalização	1
2.1.1.6	Fluxo de trabalho sem movimentação há mais de 100 dias	153
2.1.1.6.1	Ag. Encerramento de todos os devedores	36
2.1.1.6.2	Procedimento exaurido	17
2.1.1.6.3	Ag. audiência	2
2.1.1.6.4	Ag. Análise do Cartório	15
2.1.1.6.5	Prestações / Pecuniária	3
2.1.1.6.6	Transação Penal	4
2.1.1.6.7	Regime Aberto	3
2.1.1.6.8	Ag. Encerramento de Ato	25
2.1.1.6.9	Recebidos do Juiz - Despacho	1
2.1.1.6.10	Ag. Prazo	37
2.1.1.6.11	Análise do cartório – Trânsito em julgado	7



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 149

2.1.1.7	Outros Setores		Q1	Q2
2.1.1.7.1	Contadoria		67	0
2.1.1.7.2	Distribuição		2	0
2.1.1.7.3	Serviço Social		13	2
2.1.1.8	Ministério Público		451	248
2.1.1.9	Observações	1) O programa SAJ5 foi instalado na unidade em novembro/2011. 2) Itens 2.1.1.2 a 2.1.1.3: informações obtidas mediante consulta ao programa de inspeção virtual (relatório de processos ativos por unidade). 3) Itens 2.1.1.4, 2.1.1.5 e 2.1.1.6: informações obtidas mediante consulta ao programa SAJ/estatística do mês de outubro de 2013.		
Legenda	Q1 = quantidade total de processos; Q2 = quantidade total de processos há mais de 100 dias			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 150

2.2 INFORMAÇÕES DO GABINETE – Processos Eletrônicos

2.2.1 ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor	
2.2.1.1	Total de processos eletrônicos - fila concluso		487
		Q1	Q2
2.2.1.1.1	Concluso para Despacho Inicial	19	0
2.2.1.1.2	Concluso para Sentença	130	25
2.2.1.1.3	Concluso - Recurso	1	0
2.2.1.1.4	Concluso 1	1	1
2.2.1.1.5	Concluso para Decisão Interlocutória	63	1
2.2.1.1.6	Concluso - Urgente	22	0
2.2.1.1.7	Concluso para Despacho	251	12
2.2.1.2	Observações	Informações obtidas mediante consulta ao programa SAJ/estatística do mês de outubro de 2013.	

Legenda Q1 = quantidade total de processos; Q2 = quantidade total de processos há mais de 100 dias



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 151

2.3 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ/ESTATÍSTICA

2.3.1 ACERVO PROCESSUAL

	Indicador	Valor
2.3.1.1	Processos em andamento + procedimentos em andamento	2.624
2.3.1.2	Processos em andamento	2.119
2.3.1.3	Procedimentos em andamento	505
2.3.1.4	Processos sem movimento há mais de 365 dias	17
2.3.1.5	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013.

2.3.2 PROCESSOS EM CARGA

	Indicador	Valor	
2.3.2.1	Quantidade total de processos em carga	289	
LOCAL			
	Indicador	Q1	Q2
2.3.2.1.1	Cargas internas		
2.3.2.1.1.1	Contadoria	0	0
2.3.2.1.1.2	Distribuição	0	0
2.3.2.1.1.3	Juiz (Livia Franco Rocha Cobalchini e Walter Santin Junior)	104	39
2.3.2.1.1.4	Ministério Público	80	29
2.3.2.1.1.5	Serviço Social	3	0
2.3.2.1.2	Terceiros sem acesso ao SAJ		
2.3.2.1.2.1	Advogado	101	8
2.3.2.1.2.2	Central de Plantão Policial	0	0
2.3.2.1.2.3	Delegacia de Polícia	0	
2.3.2.1.2.4	Hospital de Custódia	0	0
2.3.2.1.2.5	Leiloeiro	0	0
2.3.2.1.2.6	Perito	1	0
2.3.2.1.2.7	Procuradorias	0	0
2.3.2.1.2.8	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013.	

Legenda	Q1 = quantidade total de processos em carga; Q2 = quantidade de processos em carga há mais de 100 dias.
---------	---

2.3.3 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

	Período	A1	A2
2.3.3.1	Janeiro a dezembro de 2009	1.569	131
2.3.3.2	Janeiro a dezembro de 2010	1.814	151
2.3.3.3	Janeiro a dezembro de 2011	1.575	131
2.3.3.4	Janeiro a dezembro de 2012	1.892	158
2.3.3.5	Janeiro a outubro de 2013	1.320	132
2.3.3.6	Observações	Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Totalizador de Distribuições).	

Legenda	A1 = quantidade total de processos distribuídos; A2 = média mensal (média aritmética simples da quantidade processos distribuídos dividida pela quantidade de meses pesquisados).
---------	---



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 152

2.4 INSPEÇÃO VIRTUAL

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.4.1	Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	5	0
2.4.2	Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo"		4	0
2.4.3	Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos"		4	0
2.4.4	Processos ativos com localização física em "cartório – processo suspenso", "cartório – suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório – suspenso (art. 89 Lei 9.099/95)"		5	0
2.4.5	Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido")		8	0
2.4.6	Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados		-	-
2.4.7	Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos		-	-
2.4.8	Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC	O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC.	-	-
2.4.9	Processos de Guarda, Perda e/ou Suspensão do Poder Familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA	O relatório não deve trazer registro.	33	28
2.4.10	Observações	1) V1: data 04/09/2013. 2) V2: data 20/11/2013. 3) Itens 2.4.2, 2.4.3, 2.4.4 e 2.4.5: em que pese os registros constarem na Tabela do programa Inspeção Virtual, os relatórios foram extraídos do programa SAJ-5. 4) Itens 2.4.6, 2.4.7 e 2.4.8: não é possível a extração dos referidos relatórios nas Unidades que utilizam o programa SAJ-5. 5) Item 2.4.9: os processos da classe "Guarda" a serem verificados devem ser somente os que versarem sobre "Guarda e Responsabilidade" – procedimento da Infância e Juventude (classe antiga SAJ – 20153 - "Guarda e Responsabilidade). 6) O chefe de cartório foi orientado a manter controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes da Orientação CGJ/SC n. 16 (http://cgj.tj.sc.gov.br/intravet/orientacoes/index.html). As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade.		

Legenda

V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 153

2.5 SAJ/CARTÓRIO

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.5.1	Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias	O relatório não deve trazer registro.	79	0
2.5.2	Acompanhamento de infrações penais – apresentação em aberto há mais de 30 dias		374	10
2.5.3	Acompanhamento de infrações penais – prestação em aberto há mais de 30 dias		464	10
2.5.4	Acompanhamento de infrações penais – multa penal em aberto há mais de 30 dias		29	1
2.5.5	Acompanhamento de infrações penais – medida de segurança em aberto há mais de 30 dias		1	0
2.5.6	Réu preso	O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos da comarca. Além disso, a quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.	38	41
2.5.7	Rol de culpados	Deve refletir fielmente as sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado.	-	-
2.5.8	Rol da Lei n. 9.099/1995 – transação penal	Deve refletir fielmente as sentenças de homologação de transação penal.	-	-
2.5.9	Rol da Lei n. 9.099/1995 – suspensão	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão processual.	-	-
2.5.10	Rol de processo suspenso – CPP, art. 366	Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão do artigo 366 do Código de Processo Penal.	-	-



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 154

2.5.11	Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa – em ambos os campos: 01/01/1900 a 31/08/2013)	O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes.	4.281	2.824
	AR		50	53
	Ação incidental		0	0
	Assunto do processo		15	26
	Carga		158	65
	Cartas recebidas		25	17
	Custas		828	877
	Edital de intimação de advogado		1093	848
	Execução de sentença		4	2
	Feriado		220	303
	Incidente processual		2	7
	Mandados		12	9
	Movimentação		198	108
	Pauta de audiências		7	5
	Peticionamento eletrônico		82	34
	Petição intermediária		207	176
	Processo		26	24
	Recurso	6	5	
	Usuário	1.348	265	
2.5.12	Processo com situação "arquivado administrativamente", com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo"		378	1
2.5.13	Mandados de prisão em aberto com "erros"		3	3
2.5.14	Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias		32	1
2.5.15	ARs não devolvidos pela ECT + 45d		214	49
2.5.16	Observações	1) V1: data 04/09/2013. 1.1) Item 2.5.12: dos 378 processos, 18 apresentam registro de local físico "arquivo central" e 360 apresentam registro de local físico "sala de arquivo". 2) V2: data 20/11/2013. Nos itens 4.2.1; 4.2.2; 4.2.3; 4.2.4 e 4.2.5, o parâmetro de pesquisa utilizado foi o mesmo da Verificação 1 – 04/08/2013. 2.1) Item 2.5.12: há apenas um registro no local físico "sala de arquivo". 2.2) Item 2.5.13: dos três registros apontados na Verificação 2, dois são registros já apontados na Verificação 1. Quanto ao processo n. 0001017-27.2001.8.24.0088, a unidade justificou que em relação ao mandado de prisão expedido naqueles autos, a autoridade policial não conseguiu qualificar melhor a parte ré e por isso não constou no cadastro dados sobre a filiação, data de nascimento ou qualquer documento de identificação.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.
---------	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 155

2.6 SAJ/ESTATÍSTICA

RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.6.1	Processos ativos sem movimentação lógica há mais de 365 dias	O relatório não deve trazer registro.	103	17
2.6.2	Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas)		204	36
2.6.3	Processos em carga há mais de 100 dias		100	76
2.6.4	Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007		1	3
2.6.5	PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 - processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri		27	23

2.6.6	Observações	O relatório do PJP engloba os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ, por ser mais abrangente. 1) V1: data 04/09/2013 e 05/09/2013. 2) V2: data 21/11/2013. 2.1) Item 2.6.2: a unidade apresentou resposta na fl. 13, justificando que em relação a esse item, muitas ocorrências foram geradas por erro do SAJ, o que foi objeto de correção pontual pelo suporte e abertura para solução definitiva do problema.		
-------	-------------	---	--	--

Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 156

2.7 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
2.7.1	JUSTIÇA ABERTA – Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1)	As informações devem ser alimentadas, pelo chefe de cartório, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	CA	CA
2.7.2	SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos	Os bens devem ser cadastrados, pelo servidor, até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão.	PA	PA
2.7.3	SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	CA	CA
2.7.4	CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido.	CA	CA
2.7.5	CNCIAI – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade	As informações devem ser alimentadas mensalmente, pelo Magistrado, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após trânsito em julgado da sentença condenatória.	PR	PR

2.7.6	Observações	1) V1: data 05/09/2013. 1.1) Item 2.7.1 (Justiça Aberta): última atualização em 09/08/2013. 1.2) Item 2.7.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 168 registros de processos e 368 registros de bens no sistema. Em consulta ao programa SAJ, consta processos que não foram cadastrados no sistema. 1.3) Item 2.7.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): existe um estabelecimento penal registrado - Cadeia Pública de Lebon Régis. 1.4) Item 2.7.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade). A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: Ação Civil Pública, Ação Popular e Ação de Improbidade Administrativa. Dentre as classes processuais e o período pesquisado (01/01/2011 a 31/07/2013), a pesquisa junto ao SAJ apontou que não existem processos passíveis de inclusão no CNCIAI, do CNJ. 2) V2: data 21/11/2013. 2.1) Item 2.7.1 (Justiça Aberta): última atualização em 05/11/2013. 2.2) Item 2.7.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 170 registros de processos e 378 registros de bens no sistema. Em consulta ao programa SAJ, consta processos que não foram cadastrados no sistema. Ressalta-se que conforme Ofício-Circular n. 448/2013, datado de 21 de outubro de 2013, as armas e bens apreendidos nos processos de		
-------	-------------	---	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 157

	competência da Infância e Juventude devem também ser cadastrados no SNBA. Tais processos não foram objeto de verificação nessa Inspeção.
--	--

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento.
---------	---

3 INFORMAÇÕES DO GABINETE

3.1 CUIDA/CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

RELATÓRIO				
	Indicador	Padrão de conformidade	V1	V2
3.1.1	Cadastro único informatizado de adoção e abrigo – abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento)	As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta nº 08/09-GP/CGJ.	PA	PA
3.1.2	Observações	1) V1: data 04/09/2013. 1.1) Existe um programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema: Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni. O último relatório anexado ao sistema é de 05/07/2013. 2) V2: data 21/11/2013. 2.1) Existe um programa institucional de acolhimento cadastrado no sistema: Associação dos Amigos da Casa Lar Leonardo Muller Deboni. O último relatório anexado ao sistema é de 05/07/2013.		

Legenda	V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento.
---------	---



CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da inspeção correicional iniciaram na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação, foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio dos programas SAJ/EST – Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de estatística, Inspeção Virtual, SAJ/PG - Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de cartório, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2013.

Perla Maria Fusinatto Schappo
Escrivã Correicional – Mat.9914

Fernanda Cittadin
Analista Jurídica – Mat. 22.690